

Exma. Sra.  
Dilma Rousseff  
Ministra-Chefe da Casa Civil  
Presidência da República

São Paulo, 14 de fevereiro de 2007

Prezada senhora ministra:

Ao mesmo tempo em que a cumprimento pela recente iniciativa de instituição do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (decreto 6029/07), dirijo-me a V. Excia. para indagar sobre providências que se estejam tomando para submeter a consulta pública anteprojeto de lei de iniciativa do Executivo que trata do acesso a informação.

Tal projeto, que foi engendrado no seio do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção a partir de estímulo da Transparência Brasil, é especialmente caro a esta entidade.

As barreiras que se criam no Brasil nas três esferas e nos três poderes à coleta e divulgação de informação respondem por boa parte da opacidade com que o poder público se apresenta à sociedade. Esse problema, que é particularmente agudo nas esferas estadual e municipal, é responsável não apenas por um grave amortecimento da capacidade de monitoramento e cobrança do Estado por parte das forças sociais mas, também, contribui em não pequena medida para a deterioração da eficiência administrativa do setor público.

Como em toda atividade, a eficiência do Estado sofre quando os fluxos de informação não funcionam bem. No Brasil, não apenas a sociedade é pouco informada sobre o que ocorre no Estado como o próprio Estado informa-se pouco sobre si próprio.

Tomo a liberdade de observar, senhora ministra, que por ocasião da remessa ao Congresso de mensagem de encaminhamento do anteprojeto de lei que trata do conflito de interesse, no final de mês de setembro de 2006, o sr. presidente da República anunciou também que em breve se faria o mesmo com respeito ao anteprojeto relativo ao acesso a informação.

Assim, senhora ministra, gostaria de instá-la a determinar que o anteprojeto em questão seja colocado em consulta pública com a presteza possível.

Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me,

Atenciosamente,

Claudio Weber Abramo  
Diretor executivo

Cópia: Ministro Jorge Hage Sobrinho, Controladoria-Geral da União.